

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PROCEDIMENTO, SANÇÕES E APLICAÇÃO RACIONAL

Prefácio

Rodrigo Janot Monteiro de Barros



Autor
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Procedimento, Sanções e Aplicação Racional

Área específica
Direito Público.

Áreas afins
Teoria do Direito, Filosofia do Direito, Sociologia do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Processual Civil.

Público-alvo/consumidores
Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, Professores, Estudantes e operadores do Direito em geral.

Trata-se de obra que aquiesce à premissa de que o Direito não pode ser dissociado da Moral e à conclusão que insere e racionaliza valores morais na atmosfera jurídica. A jurisdição constitucional, nesse sentido, cumpre seu papel e legitima-se perante o meio social, ao utilizar métodos de argumentação jurídica, os quais devem ser particularmente respeitados, no Brasil, por ocasião da análise dos atos de improbidade administrativa. Paralelamente, a Constituição não é apenas o principal texto jurídico de um Estado, dotado de força normativa e normas imperativas, já que também representa, fundamentalmente, as mais diversas linhas do conhecimento humano e é norteada por evidente sentido axiológico. Baseada em tal contexto pós-positivista, esta obra discorre a respeito da Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e oferece, inicialmente, panorama geral do referido diploma normativo para, logo depois, especificar o objeto de estudo nas modalidades e nas sanções nela contidas. Finalmente, aponta para a necessidade de ser estabelecido procedimento tendente a apurar a efetiva ocorrência de atos ímparobos e, passo seguinte, apresenta outra contribuição, no sentido de racionalizar a aplicação das penalidades da Lei da Improbidade Administrativa, com o necessário uso da Regra da Proporcionalidade..

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001103

A524i

Amorim Junior, Silvio Roberto Oliveira de

Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional/
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

151 p.

ISBN: 978-85-450-0217-8

1. Direito público. 2. Teoria do Direito. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AMORIM JUNIOR, Silvio Roberto Oliveira de. Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 151 p. ISBN 978-85-450-0217-8

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Rodrigo Janot Monteiro de Barros.....	13
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2	
A RENOVARDA VISÃO AXIOLÓGICA DO DIREITO NA	
PÓS-MODERNIDADE	17
2.1 Considerações iniciais.....	18
2.2 Direito e Moral.....	20
2.3 Moral e Valores: necessária racionalização.....	24
2.4 Modernidade, Segunda Modernidade e dever de racionalidade das	
decisões judiciais	29
2.5 Racionalidade das decisões jurisdicionais	34
2.6 A Constituição: da folha de papel à força normativa.....	38
2.6.1 A folha de papel.....	39
2.6.2 A força normativa.....	41
2.7 Da constituição pura à constituição aberta	43
2.7.1 A constituição pura	44
2.7.2 A constituição aberta	45
2.8 A constituição pós-positivista.....	47
2.8.1 O Caso Lüth.....	49
2.8.2 O pós-positivismo	51
CAPÍTULO 3	
A LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A	
PROPORTIONALIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	55
3.1 Considerações iniciais.....	55
3.2 A Lei da Improbidade Administrativa.....	56
3.2.1 Reminiscências históricas.....	56
3.2.2 A Constituição, a Lei nº 8.429/1992 e o Princípio Republicano	58
3.2.3 A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa	61
3.2.4 As disposições normativas da Lei nº 8.429/1992	64
3.3 As espécies dos atos de improbidade administrativa.....	66
3.4 Princípios constitucionais e sopeso na Lei da Improbidade Administrativa	68
3.5 A Proporcionalidade.....	72

3.5.1 Características constituintes da proporcionalidade	73
3.5.2 A proporcionalidade e a Lei da Improbidade Administrativa	74
3.6 A Proporcionalidade e o Supremo Tribunal Federal: crítica necessária	78
3.6.1 Racionalidade principiológica e o Supremo Tribunal Federal	78
3.6.2 Análise e aplicação, pelo Supremo Tribunal Federal, da proporcionalidade no âmbito da prática de atos que caracterizam improbidade administrativa	83
CAPÍTULO 4.....	91
CONTRIBUIÇÕES PARA PROCEDIMENTO DELIMITADOR DA EFETIVA EXISTÊNCIA DE ATOS ÍMPROBOS E PARA RACIONALIDADE NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES	
CONTIDAS NA LEI Nº 8.429/1992.....	91
4.1 Considerações iniciais.....	91
4.2 Juízo de improbidade e juízo de dosimetria das sanções descritas na Lei nº 8.429/1992: julgamento paradigmático do Superior Tribunal de Justiça.....	92
4.3 Primeira contribuição: observância de procedimento que indique a efetiva prática de ato de improbidade administrativa.....	95
4.3.1 Conceito do ato de improbidade administrativa.....	96
4.3.2 O(s) sujeito(s) ativo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização de condutas	97
4.3.3 O(s) sujeito(s) passivo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização do(s) lesado(s).....	101
4.3.4 A caracterização do ato como formalmente ímpar.....	103
4.3.5 A caracterização do ato como materialmente ímpar	106
4.3.6 A relação de causalidade no ato de improbidade administrativa.....	111
4.4 Segunda contribuição: parametrização das sanções fixadas pela Lei nº 8.429/1992, a partir de análise circunstanciada de seu respectivo art. 12 ..	112
4.4.1 O primeiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	113
4.4.2 O segundo parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992.....	115
4.4.3 O terceiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	116
4.4.4 A reunião dos parâmetros do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	118
4.5 Terceira contribuição: uso de outros critérios normativos na aplicação racional das sanções de atos ímpar.....	119
4.5.1 A potencialidade lesiva do ato ímpar no meio social.....	121
4.5.2 A aplicação da Lei nº 8.112/1990	125
4.5.3 A aplicação da Lei nº 12.846/2013	127
4.5.4 A aplicação da pena-base e das circunstâncias agravantes e atenuantes do Código Penal	129
CAPÍTULO 5.....	135
CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	147